

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.583 - CE (2020/0010537-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : PRISCILA VASCONCELOS DE CARVALHO
ADVOGADOS : CARLOS ANTÔNIO ELIAS DOS REIS JÚNIOR - CE018435
SUELLEN LUNA DE MATOS - CE034498
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por PRISCILA VASCONCELOS DE CARVALHO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO SERVIDOR PÚBLICO DESVIO DE FUNÇÃO DIFERENÇAS DE REMUNERAÇÃO ENTRE O CARGO DE TÉCNICO E O DE ANALISTA DO SEGURO SOCIAL EMBORA A LEI N 10667/03 TENHA ATRIBUÍDO FUNÇÕES SEMELHANTES É CLARA A DIFERENÇA ENTRE OS CARGOS QUE TEM FUNÇÕES REMUNERAÇÕES E DENOMINAÇÕES DISTINTAS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ESTIPULADOS EM 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA COM SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE EM RAZÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA APELO PROVIDO

A recorrente sustenta, em síntese, que o desvio de função a que se submeteu deve ser indenizado de forma equivalente à diferença salarial dos cargos em questão.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por

Superior Tribunal de Justiça

deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente